

Economistas traçam um "quadro sombrio"

A alta cúpula da área econômica levou o presidente José Sarney um quadro sombrio, classificando a situação brasileira de «desgraçadamente terrível e prestes a explodir». E recebeu o troco: «Pois então me tragam uma alternativa consensual, unitária e não propostas isoladas de ministérios», disse. As opções para a crise do país apontam para dois caminhos: a adoção de um novo choque heterodoxo, seguido do congelamento de preços e salários e a introdução de uma nova política competente de administração de preços, reformulando todos os órgãos públicos que operem nessa área. Se há dúvidas quanto à eficácia de cada uma delas, em virtude da falta de crédito, o governo concluiu que a situação está caminhando para o limite suportável e por isso deve agir, com a concretização ou não do pacto social.

O quadro dramático pincelado pela equipe econômica se compõe dos seguintes ingredientes: desobediência generalizada dos empresários em relação à política de preços, até por culpa da Seap, Cipe e Sunab, inflação de janeiro chegando a 15% para os mais otimistas e 17% para os mais realistas, juros atingindo patamares insuportáveis e o sistema produtivo do país semiparalisado — muitos industriais estão dando férias coletivas a seus funcionários ou fazendo estoques, aguardando uma melhor definição do governo em relação aos reajustes dos produtos industriais.

«Do jeito que está não dá para suportar», desabafa, perplexo, um graduado assessor econômico. «O governo entrou numa sinuca de bico e não sabe, perfeitamente, como se sair dela: se administra os preços, ou deixa as leis de mercado agirem livremente, levando o país para uma interregião ou promove um novo congelamento», arremata. «Mas alguma coisa tem de ser feita, pois o governo deve tomar uma atitude para o país não explodir. Não é possível continuarmos conversando com empresários e trabalhadores, indefinidamente sobre um pacto que parece meio distante».

Propostas

Enquanto empresários e trabalhadores, sob a guarda do ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, conversam sobre uma trégua ou entendimento nacional, os laboratórios do governo procuram aproximar as várias opções para o país superar as dificuldades econômicas, vejamos quais são:

1. Juros — Cresce, mais ainda não tem consenso, a proposta da professora Maria da Conceição Tavares, assessora do Ministério do Planejamento, de tabelar os juros bancários, tomando como indexador do INPA — Índice de Preços no Atacado. A ideia é forçar, mesmo que artificial, uma baixa no

INPA, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e, dessa forma, reduzir os juros.

Todavia, existem muitas interrogações para implantação dessa medida. A primeira delas é o temor de que, com a redução dos juros, de forma artificial, não seria aceita pelo mercado financeiro. E, na melhor das hipóteses, o dinheiro aplicado em títulos e letras seria, então, transferido para especular no dólar paralelo — black — ouro e outra parte podendo ser transferida, até de forma clandestina ou ilegal para outros países. Outro complicador é que as reservas cambiais estão abaixo de US\$ 4 bilhões.

2. Aluguel — A ideia do governo é autorizar, a partir de primeiro de março próximo, quando, teoricamente, terminará o congelamento, que os alugueis sejam reajustados em função do período de ocupação do imóvel. Em outras palavras: corrigir os alugueis mais defasados, acordados a mais tempo, e dar menor reajuste aos mais recentes. Seria uma forma de não prejudicar o proprietário que há mais de 12 meses não tem o aluguel de seu imóvel reajustado e também evitar que os inquilinos sejam expoliados.

O governo teme a revogação ou caduque do decreto presidencial que congelou os alugueis e os despejos até março próximo. Existem muitas ações de despejo já autorizadas, mas suspensas por causa desse decreto. Caso o governo não tome nenhuma providência para proteger os inquilinos, haverá uma calamidade.

3. Salários — O salário mínimo passará a representar US\$ 100, perto de Cz\$ 1.500,00. Só que esse reajuste não seria dado em sua totalidade agora. Nessa primeira etapa do realinhamento, o mínimo seria corrigido em 50% e, ao longo do ano sofreria outros reajustes até atingir os US\$ 100.

4. Gatilho salarial — Seria substituído pelo abono, seguido de autonomia sindical plena, formação de uma comissão tripartite (à semelhança da proposta que os empresários fizeram aos trabalhadores na última terça-feira que, em suma, é também a proposta do governo).

5. Preços — A introdução de uma política rígida da administração de preços, com a total reformulação do Conselho Interministerial de Preços e da Superintendência Nacional de Abastecimento. A conclusão é de que esses órgãos não funcionam, entre outras coisas, porque a visão «puritana» dos seus atuais diretores afastou os velhos funcionários que entendiam bem do riscado, sob suspeita de corrupção ou comprometimento. «Antes de apurar as denúncias, os novos diretores do CIP, Sunab e Seap acusam seus antecessores de corrupção», admite um assessor econômico.